

# Pressão contra MP para compensar desoneração cresce e chega ao Supremo

Lula receberá setores afetados por restrição de créditos do PIS/Cofins após discutir tema com Pacheco

Victoria Azevedo, Renato Machado e Thaisa Oliveira

**BRASÍLIA** A pressão da iniciativa privada e do Congresso Nacional contra a MP (medida provisória) que corta benefícios tributários para compensar a desoneração da folha de empresas e municípios se intensificou, forçando o governo a discutir alternativas enquanto vê o caso chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta segunda-feira (10) para discutir uma saída para o texto que tramita no Congresso e que restringe créditos tributários do PIS/Cofins.

O senador mineiro demonstrou preocupação com a enorme reação dos setores e criticou o fato de que o governo tratou do tema via medida provisória —um instrumen-

to com eficácia imediata, mas que precisa ser posteriormente votado pela Câmara e pelo Senado. Segundo relatos, ele mencionou inclusive a possibilidade de devolver a MP.

O presidente do Congresso afirmou que o empresariado foi pegado de surpresa com a mudança na compensação. Ele reforçou a insatisfação dos parlamentares e pediu uma solução do Palácio do Planalto até esta terça-feira (11).

Apesar da pressão, integrantes do governo descartaram a retirada da medida provisória por parte do presidente da República e afirmam que a ideia é abrir negociações com o Congresso, além de explicar os impactos para cada um dos setores afetados.

A estratégia de conversar com o empresariado já deve começar a ser executada nesta terça. A agenda de Lula prevê um encontro no Palácio do Planalto com o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban, que também

se reúne à tarde com Haddad.

Na semana passada, o presidente da CNI disse que se tornaria "todas as medidas jurídicas e políticas" contra a medida provisória e antecipou a volta ao Brasil. Alban participava da comitiva oficial do governo brasileiro na Arábia Saudita e China. "Chegamos ao nosso limite", disse.

Pacheco foi avisado pelo governo do teor da MP antes da publicação, na terça da semana passada (4), mas pessoas próximas ao presidente do Congresso dizem que ele não recebeu detalhes da mudança —o que um auxiliar de Lula nega.

Aliados do senador mineiro afirmam que a tendência é ajudar a encontrar uma saída honrosa para o governo, apontando inclusive outras fontes para compensar o impacto da desoneração da folha para os 17 setores da economia beneficiados.

Entre os grupos contemplados pela desoneração, está o de comunicação, no qual se

insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha. Também são beneficiados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

A consultoria do Senado elaborou um estudo sobre os impactos da medida provisória, mas o teor não foi divulgado pela Casa. A expectativa de arrecadação com a MP em 2024 é de R\$ 29,2 bilhões, segundo a Fazenda.

O valor é mais do que suficiente para compensar a perda de arrecadação de R\$ 25,3 bilhões estimada pelo Ministério da Fazenda com a desoneração da folha (R\$ 15,8 bilhões das empresas e R\$ 10,5 bilhões dos municípios).

"Nós vamos mais uma vez reverter e intensificar o diálogo, seja com os setores produtivos, CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), seja com as frentes parlamentares, os líderes tanto na Câmara quanto no Senado, pa-

ra explicar mais didaticamente", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Na mesma linha, Haddad disse que pretende manter contato com os setores empresariais para esclarecer alguns pontos da medida provisória. O chefe da equipe econômica falou que busca principalmente "diluir determinados questionamentos que não conferem com a intenção da MP", em particular no que diz respeito à exportação.

Na sexta-feira (7), Haddad sugeriu que a resistência de alguns setores é para tentar manter privilégios. "Ninguém que tem privilégio quer abrir mão dele. Mas nós temos de pensar no país", disse ele, em São Paulo, após reunião com bancos e gestores de fundos do mercado financeiro.

Nesta segunda, o diretório nacional do Progressistas (PP) apresentou uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) ao STF com pedido de medida cautelar (decisão urgente) contra a MP.

OPP pede a suspensão imediata dos efeitos da medida até o julgamento da ação e defende que a iniciativa do governo seja declarada inconstitucional. O ministro Gilmar Mendes foi escolhido relator.

Na ação, o partido diz que, com a entrada em vigor da MP, "o atual planejamento fi-

nanceiro das empresas sofrerá implicações instantâneas, comprometendo investimentos e corroborando para uma elevação da insegurança jurídica e de negócios do país".

"A restrição das regras de compensação de créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins cria um cenário de incertezas ao setor produtivo do país, concedendo ao Executivo o poder de implementar políticas de arrecadação além dos limites constitucionais, conforme sua conveniência", diz o texto.

Como a Folha mostrou, governistas reforçam que a medida foi a saída encontrada para viabilizar a desoneração e que, para substituí-la, os parlamentares devem apresentar uma alternativa.

Na quinta (6), cardeais do Senado conversaram pessoalmente com Padilha e relataram que o incômodo do empresariado tem chegado ao Congresso. Um deles afirma que o governo erra ao insistir em uma proposta criticada por quase todos os setores econômicos.

Também é lembrado que a MP da subvenção do ICMS, outra medida controversa, só foi aprovada no ano passado às vésperas do recesso, após quatro meses de negociação —e que a reação do empresariado era visivelmente menor.

“A restrição das regras de compensação de créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins cria um cenário de incertezas ao setor produtivo do país, concedendo ao Executivo o poder de implementar políticas de arrecadação além dos limites constitucionais, conforme sua conveniência”

PP em ADI ao STF com pedido de medida cautelar contra a MP



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que afirmou pretender esclarecer pontos da MP para setores empresariais. Joãoilson Alves - 20.mai.24/Agência Brasil

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1